

Apresentação

Marcelo Coutinho Vargas

Professor Associado, Doutor em Planejamento Urbano, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), São Carlos, SP, Brasil
vargasm63@gmail.com

Thales Haddad Novaes de Andrade

Professor Associado, Doutor em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), São Carlos, SP, Brasil
thaleshnandrade@gmail.com

A área de Políticas Públicas tem apresentado um crescimento acentuado nos últimos anos, visível em termos da abertura de novos cursos de graduação e programas de pós-graduação, publicações e promoção de eventos especializados, e de incorporação de temáticas no debate acadêmico. Em diferentes regiões do país aparecem iniciativas, dentro e fora da academia, deliberadamente direcionadas ao estudo e à pesquisa nesta área.

Devido ao caráter essencialmente interdisciplinar deste campo de investigação científica, pesquisadores oriundos de áreas de conhecimento distintas procuram sintonizar suas respectivas agendas à problemática da formulação, análise e avaliação de políticas públicas, envolvendo negociação, cooperação e conflito entre agentes diversos: órgãos governamentais, instituições públicas de diferentes poderes e esferas, ONGs, movimentos sociais e colegiados mistos, entre outros. Os enfoques teóricos utilizados em estudos e pesquisas nesta área também variam consideravelmente, envolvendo abordagens inspiradas nas diversas teorias sobre a formação da agenda, a escolha racional e sua crítica, as variantes do neoinstitucionalismo, as coalizações de defesa, entre várias outras.

A crescente produção temática na área pode suscitar questionamentos do tipo: os diferentes modelos de análise podem ser devidamente enquadrados no campo das políticas públicas? O que os une e lhes fornece uma identidade comum? Há mesmo necessidade de buscar uma identidade comum numa área que postula exatamente alicerçar um debate interdisciplinar?

Pensando nessas questões, a revista **Teoria & Pesquisa** decidiu abrir espaço para um dossiê temático direcionado ao campo de investigação das Políticas Públicas. Como a Ciência Política é uma área de conhecimento que historicamente colaborou para a consolidação de uma agenda de pesquisa neste campo, nada mais justo do que mobilizar periódicos especializados nesta área para levar aos leitores uma amostra qualificada do debate atual sobre as Políticas Públicas no âmbito da Ciência Política brasileira, considerando, inclusive, a boa inserção desta na discussão internacional dessa temática.

O presente dossiê reúne seis artigos de autores nacionais e internacionais que possuem vínculos diferenciados com essa área de estudos, seja em termos de abordagem, metodologia ou posição institucional, envolvendo textos de caráter mais teórico e abrangente, ao lado de outros focalizados em análises setoriais.

Abriendo o dossiê, Cláudia Niedhardt Capella e Felipe Gonçalves Brasil analisam a trajetória de um tema central na

produção teórica em políticas públicas: a construção da agenda governamental e sua articulação com o processo decisório e o ambiente político na sociedade. Examinando a trajetória do debate sobre a questão da agenda no âmbito da Ciência Política, os autores não apenas recuperam as principais contribuições “clássicas” sobre o tema, como também analisam a situação do debate atual no contexto brasileiro e internacional.

Macnaghten et al. levantam questões relevantes sobre um debate emergente na área de Estudos Sociais da Ciência, o da Inovação Responsável, cujas repercussões nas políticas de desenvolvimento científico e tecnológico podem ser bastante significativas. Obra coletiva de pesquisadores britânicos e brasileiros, que se reuniram em um workshop internacional, promovido pela UNICAMP em março de 2014, para discutir este tema, o texto preconiza o desenvolvimento de capacidades institucionais que favoreçam pesquisadores de diferentes setores a antecipar os impactos e implicações futuras de seus trabalhos, através de um diálogo inclusivo com amplos setores da sociedade, encorajando uma reflexão aprofundada sobre as contradições da inovação científica e tecnológica. Tal reflexão, bem estabelecida no contexto anglo-saxão, lança desafios novos à ciência latino-americana.

Rodrigo de Sousa Coelho analisa como a descentralização na política nacional de assistência social afeta as ações, os recursos financeiros e o poder decisório neste setor, examinando a criação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como parte de um processo mais amplo de reestruturação das políticas sociais impulsionado pela redemocratização do país. O autor demonstra que, embora o SUAS tenha obtido sucesso tanto na alocação dos recursos disponíveis para o setor aos municípios, quanto na sua adesão e responsabilização, permitindo-lhes romper com o padrão assistencialista anteriormente dominante, a Política Nacional de Assistência Social enfrenta desafios para envolver os estados e os pequenos municípios.

Carlos Luiz de Santana e Erinaldo do Carmo discutem a política de segurança pública no Brasil, no contexto do debate sobre a reforma do Estado. Focalizando-se na análise da política de segurança de Pernambuco,

entre 1995 e 2000, os autores mostram que o governo pernambucano buscou aumentar a eficiência da polícia militar estadual por meio de estratégias de modernização técnica e administrativa da instituição, sob a lógica do gerencialismo estatal. Os autores concluem que tal estratégia, inspirada na política de estado mínimo, contribuiu para a proliferação da violência urbana não apenas em Pernambuco, mas também noutros estados e regiões do país.

Matheus Hebling discute o papel central dos partidos políticos como articuladores e mediadores de demandas e interesses entre o governo e os diferentes setores da sociedade, na formulação e implementação de políticas públicas de âmbito nacional, mediante a interação entre o executivo e o legislativo federais. Formulações teóricas sobre as relações destes poderes com os partidos e as políticas públicas são aplicadas na análise da política externa do Presidente Lula (2003-2010), via mapeamento de projetos de lei submetidos pelo Executivo nacional à apreciação do Congresso, buscando entender o posicionamento deste governo em matéria de política externa.

Anderson Rafael Nascimento aborda a questão da política de direitos humanos voltada para menores de idade sob o prisma da participação social na gestão das políticas públicas, efetuando uma análise da atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente na formulação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Baseando-se livremente no modelo analítico de Kingdon, o autor nos mostra que tal conselho funcionou como um espaço de mediação entre o “campo de discussão” e a “comunidade de políticas” nesta área, permitindo aos atores pressionarem eficazmente as instâncias decisórias para garantir a preservação de direitos fundamentais estabelecidos no ECA.

Acreditamos que o conjunto de textos publicados neste dossiê expressa a diversidade de abordagens hoje presente na área de Políticas Públicas. Esperamos que inspirem os leitores ao diálogo permanente com estudiosos, pesquisadores e interlocutores diversos que atuam nesta área, considerando as várias possibilidades de análise e enfoques atualmente existentes.